


Zimbra

cpl@tre-pi.jus.br

Apresenta resposta à Impugnação ao edital do PE nº 28/2019

De : Comissão Permanente de Licitação <cpl@tre-pi.jus.br>

qua, 02 de out de 2019 13:47

Assunto : Apresenta resposta à Impugnação ao edital do PE nº 28/2019 1 anexo**Para :** cnl <cnl@ciee.org.br>

Prezados Senhores,

No arquivo em anexo, encaminhamos para conhecimento a resposta ao pedido de impugnação protocolado neste Regional sob nº 0015483-58.2019.6.18.8000.

Atenciosamente,

Edílson Francisco Rodrigues
CPL - Pregoeiro
(86) 2107.9858

**TRE-PI - 0837417 - Resposta.pdf**982 KB



ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ - TRE/PI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
Processo SEI nº
0015483-58.2019.6.18.8000
01/10/2019

REF: PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2019

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, que atua como Agente de Integração, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, 540, Itaim Bibi, CEP 04533-001, São Paulo/SP, por seu representante abaixo assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente,

IMPUGNAÇÃO

ao Edital referenciado, pelas razões a seguir expostas:

I – DA POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

O Edital é passível de Impugnação pelos Licitantes, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data designada para o Certame, com base no artigo 41, § 2º da Lei n.º 8666/93.



II – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

O Tribunal Regional instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 28/2019, visando *“a escolha da melhor proposta de preços para contratação de agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes, conforme descrição constante do Anexo I deste Edital.”*

Interessada em participar da licitação, a ora Impugnante denota, no entanto, a presença de um vício de legalidade no Edital, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e formulação das propostas.

Eis os fatos.

O Edital do Pregão em comento traz em seus subitens 12.6 a 12.8 as seguintes informações:

“12.6 O valor global da proposta não poderá ser superior a R\$ 553.461,12 (quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e doze centavos).

12.7 Os valores estimados nos subitens anteriores constituem, apenas e tão somente, subsídios às licitantes na formulação das propostas e ao pregoeiro na aferição daquela mais vantajosa ao Tribunal, não representando qualquer compromisso futuro de contratação por parte do TRE/PI.

12.8 Foram consideradas, para formação do preço máximo desta contratação, as Taxas de Administração (Contribuição Institucional) mensal os valores contratados pela Defensoria Pública da União – DPU – Contrato n.º 03/2019, pelo TRE-CE – Contrato n.º 29/2019 e pela Agência Nacional de Águas – ANA – Contrato n.º 02/2019, como segue”

Inicialmente, cumpre registrar que as contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

Destaca-se, que a melhor forma de realizar a estimativa de preços por ocasião da instauração de procedimento licitatório é pela realização de pesquisa de mercado que priorize a qualidade e a diversidade das fontes, pois quanto maior o número de informações e a respectiva excelência, mais próximo e condizente com a realidade do mercado estará o preço estimado.

No presente caso, após analisar os contratos que serviram de base para a formação do preço da presente licitação, constatou-se que o Contrato nº 02/2019 da Agência Nacional de Águas não prevê



seleção pública, ou seja, o objeto do contrato/obrigações da contratada destoa do objeto/obrigações da presente licitação. Os CONTRATOS da ANA, aqui referenciados não possuem a mesma exigência, ou seja, não prevê **SELEÇÃO PÚBLICA COM APLICAÇÃO DE PROVAS**. Dessa forma, tal contrato não poderia ter sido utilizado como parâmetro de preço do Pregão nº 28/2019.

O Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 868/2013 – Plenário, dispõe que "para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado." O ministro relator do mencionado acórdão indicou alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, se valendo do Voto proferido no Acórdão no 2.170/2007 - Plenário: "Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado".

Assim, dois fatores se revelam imprescindíveis para a qualidade da pesquisa de preços, quais sejam: a análise da adequação dos valores considerados em vista da realidade de mercado e a ampliação e diversificação das fontes das informações coletadas com o objetivo de definir o valor estimado ou máximo da contratação.

Com base na supramencionada pesquisa de preços a Administração deverá fixar o preço estimado ou o preço máximo para a contratação, conforme artigo 40, inciso X da Lei no 8.666/93, in verbis:

"Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1o e 2o do art. 48;(..."
(Grifo nosso)



É importante esclarecer, que o preço estimado é aquele definido tendo em vista os preços de mercado, mas que não estabelece um limite rígido para fins de julgamento, ou seja, é parâmetro de análise dos preços das propostas, mas pode ser ultrapassado dependendo da situação concreta. Trata-se de um valor de referência. Já o preço máximo é aquele fixado no instrumento convocatório pela Administração, o qual não poderá ser ultrapassado, pois qualquer proposta com preço superior ao estabelecido como máximo deverá ser desclassificada. É fixado com base no valor estimado pela Administração.

Insta destacar, que o estabelecimento do preço máximo deve nortear-se por padrões de cautela, exigindo que a Administração mantenha um adequado e regular acompanhamento dos preços praticados no mercado.

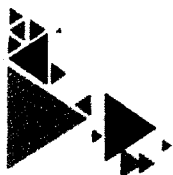
Contudo, ao analisar os preços de mercado para a contratação de objetos similares ao do supramencionado Edital verificou-se que o valor máximo para a prestação dos serviços ora licitado, é inexequível, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos dos serviços. O valor máximo determinado no certamente não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor muito abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor, feitas essas considerações, percebe-se que a estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável.

Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

"Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393). (Grifo nosso)

Caso sejam mantidos os valores máximos contidos no Edital a contratada arcará com os gastos para prestar o serviço, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um

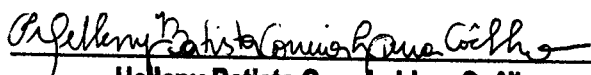


serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo. A mencionada situação viola ainda o princípio da razoabilidade, pois a presente estimativa não supre nem o custo dos serviços, principalmente se considerarmos a exigência de realização de seleção pública, o que não pode ser considerado razoável.

Desta feita, entende-se ser necessária a alteração do presente valor máximo estipulado/valor anual estimado, de forma a ser previsto um preço justo e razoável frente a todas as obrigações constantes do Edital. Tal valor deve ser suficiente para cobrir o custo dos serviços, coadunando-se assim à realidade do mercado.

Diante do exposto, é a presente para requerer a V.Sa. se digne a receber a presente Impugnação, para que seja reformado o Edital e seus anexos publicados, para a necessária adequação do valor anual estimado de forma a tornar o preço exequível, republicando-se o novo texto pelos meios oficiais e remarcando-se a data para a realização do certame.

Teresina/PI, 01 de Outubro de 2019.



Helleny Batista Correia Lima Coêlho
Supervisora Unidade de Operação / Teresina
Centro de Integração Empresa Escola – CIEE

61.600.839/0001-55

Centro de Integração Empresa

Escola - CIEE

Rua Tabapuã, nº 540 – Itaim Bibi

São Paulo / SP

CEP: 04533-001